

Município de Santa Marta de Penaguião Assembleia Municipal



ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO SALÃO NOBRE DOS PAÇOS DO CONCELHO DO MUNICÍPIO DE SANTA MARTA DE PENAGUIÃO, NO DIA 18 DE NOVEMBRO DE 2022 N.º 06/2022

MESA DA ASSEMBLEIA:
Presidente – Daniel Filipe Matos dos Santos, 1.º Secretário – José Emílio Esteves da
Silva, 2.º Secretário – Paula Cristina Morais Guedes Borges
PRESENÇAS:
Deputados Municipais Eleitos pelo PS:
Jorge Manuel Madureira da Silva Sampaio, Rosa Martins Cardoso, Inês Nogueira Rebelo,
João Santos Silva, António Paulo Monteiro Pinto Conceição, Fernando Borges Moreira, Gil
Carlos Lourenço Teixeira, Manuel Aguiar Rego, António Júlio Mesquita Fernandes e José
Manuel Amorim Almeida
Deputados Municipais Eleitos pela Lista "Fazer Mais Pela Nossa Terra":
Isabel Maria Mourão Felizardo
Deputados Municipais Eleitos pela Lista "Por Medrões Sempre":
Branca Maria Magalhães Bernardo Mota
Deputados Municipais Eleitos pela coligação PPD/PSD e CDS-PP:
Jorge Miguel Ribeiro Teixeira, Tiago Borges Magalhães, Paulo Sérgio de Sousa Prior,
Eugénio da Conceição Borges Rocha, Maria Manuel Aires Nogueira, Maria Enide Gouveia da
Silva Menezes Seixas
AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS: Joni André Borges Madureira; Emanuel Rodrigues Costa;-
ALICÊNCIAS IN HISTIFICADAS.



---- PRESENÇAS DA CÂMARA MUNICIPAL: Luís Reguengo Machado, Presidente, Sílvia da Fonseca Silva, Vice-Presidente, Fernando Mourão Gonçalves, Hugo Alexandre Cunha Sequeira e Daniel Joaquim Andrade Teles, Vereadores. --------- SECRETARIOU: Pedro Miguel Amaral Madureira Sampaio, Assistente Técnico da Secção de Recursos Humanos, Expediente Geral e Arquivo. --------- HORA DE ABERTURA: 18:00 HORAS. ---------- ATA DA SESSÃO ANTERIOR: Aprovada, por unanimidade, em minuta no final da ---- 1 - PERÍODO DE "ANTES DA ORDEM DO DIA": ---------- 1.1 – Discussão e aprovação da ata da sessão ordinária realizada no dia 2 de setembro de 2022. --------- DELIBERAÇÃO: Aprovada, por unanimidade. --------- 1.2 - Leitura resumida do expediente, prestação de informações e esclarecimentos. --------- O Senhor Presidente da Assembleia deu conhecimento aos Senhores Deputados Municipais da correspondência recebida e remetida por correio eletrónico. ---------- 1.3 - Assuntos de Interesse Municipal. --------- O Senhor Presidente da Assembleia, abriu o período de intervenção dos Senhores Deputados. ---------- 2 – PERÍODO DA "ORDEM DO DIA": ---------- 2.1 – Apreciar a informação escrita do Senhor Presidente da Câmara (alínea c), n.º 2 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro); ---------- 2.2 - Designar 3 (três) pessoas de entre cidadãos eleitores preferencialmente com especiais conhecimentos ou capacidades para intervir na área das crianças e jovens em perigo para efeito da constituição da Comissão alargada de Proteção de Crianças e Jovens

em virtude de limite de mandato neste Órgão, n.º 1 do artigo 26.º do Anexo da Lei n.º 147/99. de 1 de setembro); ---------- 2.3 - Deliberar sobre a proposta de composição do Júri dos Procedimentos Concursais, Referências A, B e C, para Provimento dos Cargos de Direção Intermédia de 3.º grau das Unidades Orgânicas Flexíveis de Contratação Pública, de Educação, Cultura, Desporto e Turismo, e de Ação Social, em Comissão de Serviço (n.º 1 do artigo 13.º da lei n.º 49/2012. de 29 de agosto - Deliberação da Câmara Municipal de 15 de novembro de 2022); ---------- 2.4 - Deliberar sobre a desafetação de uma Parcela Dominial adjacente à Travessa da Corredoura, para o Domínio Privado do Município, nos termos do disposto na (alínea a) do n.º 2, do artigo 23.º do Anexo I à Lei n.º 75/13, de 12 de setembro - Deliberação da Câmara Municipal de 6 de setembro de 2022); --------- 2.5 – Deliberar sobre a proposta de Fixação da Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), para vigorar no ano económico de 2023 (n.º 5, artigo 112.º do Decreto-Lei n.º 287/2003. de 12 de novembro e alínea d), n.º 1, artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro - Deliberação da Câmara Municipal de 6 de outubro de 2022); ----------- 2.6 – Deliberar sobre a proposta de Redução da Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), a aplicar em 2023, para as famílias com dependentes a seu cargo (n.º 1, artigo 112.º-A do Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro e alínea d), n.º 1, artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro – Deliberação da Câmara Municipal de 6 de outubro de ---- 2.7 – Deliberar sobre a proposta de Fixação da Participação Variável no IRS/2023 (artigo 26.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro e alínea c), n.º 1, artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro – Deliberação da Câmara Municipal de 6 de outubro de 2022); -









---- 2.8 - Deliberar sobre os documentos previsionais (Grandes Opções do Plano e Orcamento) para 2023 (alínea a), n.º 1, artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro - Deliberação da Câmara Municipal de 25 de outubro de 2022); --------- 2.9 - Deliberar sobre a proposta do Mapa de Pessoal e Mapa Anual de Recrutamentos para 2023 (alínea a), n.º 2, artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, na atual redação, e alínea o), n.º 1, artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro -Deliberação da Câmara Municipal de 25 de outubro de 2022); --------- 2.10 - Deliberar sobre a proposta de autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, para efeitos do previsto na alínea c), do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e em reforço do consentimento legal previsto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, nos casos mencionados nas alíneas i), ii) e iii) da alínea c), do ponto 8 da proposta da Câmara Municipal (alínea c), n.º 1, artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de iunho -Deliberação da Câmara Municipal de 25 de outubro de 2022); ---------- Ponto 3 – PERÍODO DE "INTERVENÇÃO DO PÚBLICO": ----------- ABERTURA DA SESSÃO ---------- O Senhor Presidente da Assembleia deu início à Sessão Extraordinária do dia 18 de novembro de 2022. ---------- "Bem-vindos a mais uma sessão de assembleia municipal. Começo por cumprimentar o senhor presidente da câmara municipal, restante executivo, dou as boas vindas ao Eng. Ricardo Madeira, Chefe da Divisão Administrativa e Financeira do Município, desejando muitas felicidades e muito sucesso, digníssimos deputados, colaboradores do município e o nosso estimado público que tanto nos satisfaz com a sua presença. Como será do conhecimento de todos os deputados, recentemente foram ocupados lugares de chefia de unidades orgânicas flexíveis de 3.º grau no Município. Acontece que alguns dos nomeados

acumulam funções, ora na Assembleia Municipal, ora em Assembleias de Freguesia. o que suscitou a dúvida quanto à sua compatibilidade. Nesse sentido e para esclarecer esta situação, foi solicitado parecer, sendo que aguardamos ainda uma resposta. Neste caso em concreto aplica-se ao Deputado Emanuel Costa que pediu a suspensão do seu mandato. Nesse sentido ponho à consideração de todos os deputados o pedido efetuado pelo deputado citado. ---------- Deliberação: aprovado por unanimidade. ----------- 1.1 - Discussão e aprovação da ata da sessão ordinária realizada no dia 2 de setembro ---- DELIBERAÇÃO: Aprovada, por unanimidade. --------- 1.2 - Leitura resumida do expediente, prestação de informações e esclarecimentos, ---------- O Senhor Presidente da Assembleia deu conhecimento aos Senhores Deputados Municipais da correspondência recebida e remetida por correio eletrónico. ---------- 1.3 - Assuntos de Interesse Municipal. --------- O Senhor Presidente da Assembleia abriu o período de intervenção dos Senhores ----- Solicitou a palavra a Senhora Deputada Inês Nogueira Rebelo, que após cumprimentar todas os presentes, proferiu as seguintes palavras:---------- "O grupo municipal do Partido Socialista, Fazer Mais pela Nossa Terra e por Medrões sempre, ao qual se agrega o grupo municipal PPD/PSD-CDS.PP, manifestam o seu pesar pelo falecimento de José Manuel Moreira, a 2 de Outubro de 2020, com 62 anos de idade. José Manuel Moreira, nascido em 1960, esteve sempre disponível para trabalhar em prol da freguesia e do Concelho, no desporto, no associativismo e na causa pública, tendo sido Presidente da freguesia de S. João de Lobrigos, e posteriormente vereador na Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião. Partiu mas deixa um legado impar no Concelho. O





grupo municipal do Partido Socialista, Fazer Mais pela Nossa Terra e por Medrões Sempre, ao qual se agrega o grupo municipal PPD/PSD-CDS.PP, reconhece e agradece publicamente o trabalho desenvolvido por José Manuel Moreira em prol deste Concelho. O nosso muito ---- O grupo municipal do Partido Socialista, Fazer Mais pela Nossa Terra e por Medrões Sempre, manifestam o se pesar pelo falecimento de Gastão da Rocha Ferreira a 13 de Setembro de 2022, com 70 anos de idade. Gastão Rocha, nascido em 1952 era funcionário do Município acerca de 40 anos, já aposentado há quatro anos. Era um colega exemplar, sempre disponível para o exercício das suas funções e para apoiar os que o rodeavam. Era adorado por todos os colegas e superiores, conhecido por todos os munícipes e acarinhado por toda a população, deixou-nos com profunda saudade. Um Obrigado."----------- Deliberação: Aprovados, por unanimidade os votos de pesar. ----------- Solicitou a palavra o Senhor deputado Jorge Teixeira, que após cumprimentar todos os presentes, proferiu as seguintes palavras:--------- "Esta intervenção prende-se no sentido de que na última assembleia municipal me foi cortada a palavra, devido a não ter tido tempo e eu fiz um pedido de honra que me foi negado pela mesa. Quero deixar aqui esse reparo. Eu teria direito à defesa da honra e eu passo a explicar porquê. Lendo a última ata e as pessoas que estiveram aqui presentes na última assembleia relativamente ao assunto do Sporting Clube da Cumieira, foram tecidas considerações muito perigosas, muito más, relativamente aos membros da Direção do Sporting Clube da Cumieira, e eu refiro-me precisamente às palavras do Senhor Presidente da Câmara, quando disse que no relatório de contas 2017/2018, faltam 9.000€. E para bom entendedor meia palavra basta, essa afirmação partiu do Presidente da Câmara. Mais Senhor Presidente eu digo-lhe que em 207/2018 se faltavam 9.000€, o senhor esperou quatro anos para trazer esse assunto à Assembleia. Nunca questionou ninguém do clube relativamente a

& X

esse valor, ou seja, compactuou com essa falta de 9.000€, porque atribuiu sempre o subsidio novamente. Depois, eu faço questão, isto é a defesa da honra, serviria para alertar para o fato de que eu nesse ano, eu só sou dirigente desde 2018/2019, e quando o Senhor fala em Direção, isso pode-nos abranger a todos e é uma situação um pouco complicada. Depois de toda a sua intervenção nesse ponto, o Sporting Clube da Cumieira, apenas falou de números e de obra quando eu o confrontei com números que as associações efetivamente recebiam. e não me deu resposta rigorosamente a nada disso. Falou também na candidatura que o clube tinha submetido e eu pergunto se já saiu alguma resposta, se era efetivamente para um sintético, e quero também perguntar quem foi afinal que submeteu a candidatura. Se não foi o Senhor Vereador Municipal que submeteu essa candidatura, se não foi ele por não saber de todos os procedimentos e trâmites necessários à candidatura. Depois, lá está, o Senhor Presidente confundiu o investimento em infraestruturas, com investimento na associação em si, no subsídio que seria atribuído para a prática desportiva. E depois falou num assunto que nesse ponto até achei uma certa piada, quando falou no contrato comodato que poderia fazer com o clube. Isto é uma coisa de que eu lhe falei aí há uns 5 ou 6 anos, mas lembrou-se agora que poderiam fazer um contrato comodato. Efetivamente podem, nós agradecíamos que até o fizessem. Agora depois diz-me que nós fazíamos um comodato e usávamos aquilo como nós quiséssemos, quase a indicar que nós fazendo o comodato, passava a ser municipal mas depois se nós quiséssemos expulsar-vos de lá, nós expulsávamos. Essa afirmação nem tem pés nem cabeça e era só para reforçar aqui esta intervenção, até porque não quero alongarme muito sobre este assunto, já se falou muito sobre isto mas tive que trazer, sobretudo em defesa da honra que me foi negado." ----------- Solicitou a palavra a Senhora Deputada Inês Rebelo, que proferiu as seguintes palavras:------ "O grupo Municipal do Partido Socialista Fazer mais pela Nossa Terra e por Medrões Sempre pretende aqui dar realce a um acontecimento bastante comentado e partilhado nas



redes sociais, sobre a resiliência de um jovem atleta de futebol, assim como do seu audaz treinador, ambos do concelho e da AFC Santa Marta de Penaguião. Este é um exemplo do que deve ser o Desporto, principalmente em idade de formação. Num recente jogo de juniores deu-se o extraordinário momento em que entra em jogo o Tomás Matos, um atleta com paralisia cerebral e 75% de incapacidade. O que é mais importante? Diria que é a boa formação dos jovens e aqui temos um jovem treinador, João Ricardo, que deu a hipótese de integração plena a outro jovem, que com as suas limitações não se acomodou e insiste em seguir com a sua vida da melhor forma possível. Não devemos minorar o restante plantel que recebeu, não descriminou e integrou o Tomás. Para refletir e ter consciência de alguns comportamentos nada condizentes com estes valores, que por vezes, não poucas vezes, se assiste nos jogos de formação. Há motivações bem mais importantes do que o resultado de um jogo. Bem-haja a todos os intervenientes, sem esquecer os pais que têm sido também um exemplo, não só com o Tomás, mas também com o Afonso e claro com o Bernardo. Recentemente o Gil Vicente, uma equipa de futebol da 1.ª Divisão Portuguesa, patrocinou e divulgou nas redes sociais, um vídeo contra a discriminação e a intolerância no futebol. Nele vários atletas revelam episódios de abusos provenientes das bancadas e têm por princípio lutar contra o ódio e agressividade, que se observa nos recintos desportivos, nomeadamente sob a forma de insultos de cariz homofóbico, xenófobo, machista e pessoal. Falar destes temas poderá parecer despropositado, contudo não o é de todo, e nós fomos eleitos pelos nossos munícipes e devemos fazer o melhor possível por eles. Esta situação deve-nos fazer refletir sobre a melhor forma de transmitir estes valores para a sociedade, é a nossa obrigação, enquanto eleitos locais, fomentar esta noção de igualdade entre os cidadãos e naturalmente a igualdade entre todos, é também realmente a nossa obrigação enquanto eleitos locais." -----

--- Solicitou a palavra a Senhora Deputada Enide Seixas que depois de cumprimentar todos

os presentes, proferiu as seguintes palavras:-----

\$.

----- "Sobre o despacho Nº 8452 A, de 2015, do Ministério da Educação e Ciência, art.º 8º nº 1, que passo a citar: os auxílios económicos constituem uma modalidade de apoio social e educativo, destinado aos alunos inseridos em agregados familiares cuja situação económica determina a necessidade de comparticipação, para fazer face aos encargos com refeições. alojamento, livros, e outro material escolar. Temos a situação de carência. Recebem assim um apoio extra do Estado face às escolas, no entanto e face à crise económica que atravessamos, e com tendência de se agravar no ano de 2023, perguntamos a este executivo se existe alguma lista de alunos referenciados e se há alguma bolsa, por parte da Câmara Municipal com o objetivo de combater este problema social em parceria com a escola pública para além dos apoios estaduais. Câmaras, como a Câmara de Valongo, já estão com estes planos extras de ajuda em prática, desde os tempos do início da pandemia. Em tempo de crise toda a ajuda possível é necessária. Conscientes que as crianças e a sua educação são um dos maiores pilares deste Concelho e deste executivo, gostaríamos de saber se há alguma lista e se temos algum plano em prática, ou alguma ideia de plano. Obrigada."--------- Solicitou a palavra o Senhor Deputado António Júlio Fernandes que após cumprimentar todos os presentes proferiu as seguintes palavras:--------- "Dizer-lhe Senhor Presidente, que não podemos deixar passar em claro um momento que nos deve deixar a todos muito orgulhosos, independentemente da nossa cor política. O Senhor Presidente, Dr. Luís Machado, foi recentemente eleito Presidente da Federação Distrital do Partido Socialista de Vila Real, queira-se ou não, é o reconhecimento das políticas. do político, e acima de tudo do homem. Todos os seus pares no Distrito reconheceram e nós estamos cheios de orgulho por esse acontecimento. A bancada do Partido Socialista está muito orgulhosa de si. Isto é o reconhecimento que alguns tentam contrariar, ainda há pouco assistimos a essa situação mas que muitos acreditam e acima de tudo valorizam. Senhor



Presidente muitas felicidades e aproveito para estender estas felicidades ao Dr. Ricardo Madeira nas suas novas funções."--------- Solicitou a palavra o Senhor Deputado Tiago Magalhães que após cumprimentar todos os presentes, proferiu as seguintes palavras:--------- "Senhor Presidente, o assunto que trago hoje para esta assembleia, é um assunto que é notório e da perceção do público em geral. Aquando da criação da ADIN, um dos argumentos utilizados para que Santa Marta de Penaguião tenha feito parte dessa Associação era o fato de que grande parte das condutas de água deste concelho necessitavam de ser substituídas, e isso implicava um enorme custo para o Município. Isso é sabido por todos. Entretanto foi colocada pavimentação nova em várias estradas do concelho e que passados meses as mesmas encontram-se com buracos, remendos e outras ainda por recomendar, como se pode assistir ao longo da N2 e no centro de Santa Marta de Penaguião. Esses remendos/buracos foram provocados por fugas ou rebentamentos das condutas de água, posto isto, não teria feito sentido um melhor planeamento na requalificação das estradas em articulação com a ADIN, na substituição de condutas e depois a colocação do tapete."---------- Solicitou a palavra o Senhor Presidente da Câmara que depois de cumprimentar todos os presentes, proferiu as seguintes palavras:---------- "Naturalmente é sempre importante a gente falar, e falar de fato com algum rigor. Aquando da discussão do Sporting Clube da Cumieira e do arrelvamento do campo, o que eu disse foi que, no relatório de contas do S.C.Cumieira, na transição de um ano para o outro faltavam 9.000€, a autoria do documento não é minha, ninguém o assinou, mas se o Senhor Deputado sente as dores da Direção, foi a Direção que o enviou. Depois se o Senhor Deputado tem reuniões de Direção, deveria saber que numa reunião com a Senhora Presidente lhe foi dito, como eu já disse aos senhores vereadores, que está longe de mim fazer juízos de pessoas, nós estamos aqui a falar era em dirigentes desportivos, são coisas totalmente diferentes, e

\$

nessa altura a referência era à Presidente da Direção, nem sequer era à Direção. Que figue bem esclarecido. Por outro lado o rigor também está, e se era de 2017/2018 verificava-se essa diferença e noutros anos também, aliás diferenças assumidas pela Senhora Presidente da Direção, que inclusive disse que não sabia fazer aquilo, que lho faziam e ela entregava, nisso estamos esclarecidos, também aconteceu. Mas eu não guardei, e sabe porque é que eu não guardei? Porque, por intervenção do Senhor Vereador Arquiteto Daniel Teles que bem, talvez nos anos 2018,2019, disse que nós deveríamos ter sempre presente aquando da atribuição de subsídios, o relatório de contas das Associações. E foi nessa altura que nós começamos a pedir e a exigir a todas associações, que entregassem o relatório de contas. Portanto não guardei porque 2017 não tinha. E as boas e más intenções, ficam com guem as diz. Depois relativamente ao comodato, é exatamente isso. Quando se faz um contrato de comodato com qualquer infraestrutura, é lógico que quem faz o contrato comodato perde o direito da gestão do espaço, e esse direito passa para quem gere. Se a Câmara faz um contrato comodato com o campo Flávia da Cumieira, naturalmente esse campo passa para a gestão do município, ninguém disse que la colocar o Cumleira para fora. Então, vamos lá ver. nós temos de ser sérios politicamente, então fazia sentido o Município fazer um contrato comodato com o Sporting Clube da Cumieira para não o deixar lá jogar? Andamos loucos! O que eu disse aqui é que a gestão daquele espaço naturalmente passa para o Município como é o Estádio Municipal. É exatamente o mesmo. Relativamente às candidaturas, nós temos que registar aqui uma coisa, é que a Direção do Cumieira não as conseguiu fazer e o Senhor Deputado é membro da Direção. Foi de fato o nosso Vereador que ajudou, que elaborou a candidatura e que as apresentou e que segundo o Sporting Clube da Cumieira, porque ainda não nos chegou nada oficialmente, ela foi aprovada. Foi-nos dito e eu já partilhei com o executivo há cerca de um mês e meio, que havia um apoio salvo erro de 50.000€, foi-nos dito pela Senhora Presidente da Direção, mas oficialmente não recebemos. Portanto se há boas



intenções ou más intenções cada um que faça o seu juízo. Agora as candidaturas foi dito aqui na presença da senhora Presidente da Direção que foram feitas todas elas pelo Sporting Clube da Cumieira. Se a Direção não tem conhecimento desse particular, só temos de lamentar mas, as candidaturas são da autoria e apresentação do Sporting Clube da Cumieira, não figuem dúvidas. Relativamente á candidatura, a partir dessa altura e bem, ficaram à responsabilidade do Sporting Clube da Cumieira, porquê? Porque, não havendo a celebração do contrato de comodato, o dono da obra terá de ser o Sporting Clube da Cumieira e a Câmara é que fará a transferência para o clube, na exata medida que foi o nosso compromisso desde 2017, por isso não houve a intenção de ofender a honra de quem quer que seja. Já tive oportunidade de ter esta conversa com a Senhora Presidente da Direção, e de lhe explicar e por isso naturalmente os esclarecimentos estão feitos. É o que é. Se na altura da Assembleia o senhor deputado como dirigente do clube se sentiu ofendido, naturalmente pedimos desculpa por não lhe termos dado oportunidade de defender a honra, mas como disse nessa altura, a conversa era dirigida à Senhora Presidente do clube que não pediu esse exercício ---- Agradecer a intervenção do senhor deputado António Júlio Fernandes, o meu muito obrigado.---------- À deputada Enide, é normal e até usual que todos os municípios e até o governo, sempre que há crises, anunciem uma série de programas, fazem uma série de intervenções, reagem muitas vezes a essas crises mas nós aqui, fazemos diferente. Nós e a senhora Diretora melhor que eu poderá dizer, já há muitos anos, que as nossas crianças que não têm pequeno-almoço em casa, nós damos-lho, já há muitos anos, que as crianças que não têm comer em casa, fazemos reforco alimentar portanto, nós já fazemos isso tudo e temos nesta altura uma cobertura e uma sinalização no concelho que é a 100%, e que nos garante que essas dificuldades não são sentidas. Naturalmente que estamos atentos e também já foi partilhado no próprio executivo que pode haver a necessidade de uma intervenção diferente, um apojo

diferente, esperemos que a guerra acabe rápido mas, naturalmente estaremos sempre disponíveis para esse apoio e essa intervenção mas é com orgulho que dizemos que. felizmente a nossa comunidade escolar tem uma cobertura de proteção acima da média e hoje não poderemos falar nessas dificuldades reais, sendo que todos temos dificuldades e naturalmente as famílias carenciadas têm mais ainda mas, pelo menos aos nossos alunos. nós, nesse particular garantimos esse apoio há muitos anos. --------- Relativamente á intervenção do senhor deputado Tiago, naturalmente que sim. A empresa, algumas pessoas não têm essa noção mas a ADIN é uma empresa intermunicipal, o Município de Santa Marta de Penaguião é dono da ADIN, portanto não criamos nada exterior, é uma empresa totalmente municipal, portanto dos municípios que na altura a constituíram mas, há duas opções, ou não se consome água e não há ruturas, ou não se pavimentam as estradas e as ruturas compõem-se e nunca temos estradas boas, ou compõem-se as estradas e as ruturas existem, não se compõem as ruturas e não temos água. é uma questão de opção. Como deve entender foi dito aqui e é verdade que nós temos as redes de distribuição dos quatro principais núcleos do concelho, a Cumieira, aqui o centro da Vila, São João de Lobrigos e Fontes, que têm cerca, ou quase 40 anos. E a substituição dessas redes implicariam milhões de euros, mas não erámos só nós, todos os municípios que fizeram essa integração, e a ADIN, já foi partilhado aqui fez uma série de projetos, nomeadamente no saneamento, porque a prioridade da ERSAR ou seja, nós temos de ter cobertura de saneamento e como sabem temos tido alguns problemas. A lei obriga a que quem tiver água ao domicílio tem de ter saneamento, o grande volume de obras que nesta altura tem a ADIN, prende-se exatamente com a garantia do saneamento e como sabem estão a haver diversas obras no nosso concelho exatamente para colmatar essa falha. Naturalmente que nós falamos com a ADIN antes da pavimentação aqui na vila e a ADIN estava disponível





para fazer esse investimento, só que não tinha empreiteiros disponíveis que garantissem a execução da obra. Portanto estamos a falar em 2021, final do verão de 2021, principalmente num ano em que havia muita dificuldade na disponibilidade de empreiteiros e não consegui fazer. Seria uma obra lateral ao investimento da ADIN, seria uma obra pontual em que a substituição se faria exatamente no percurso da Nacional 2, que foi pavimentado. Ora se nós estivermos à espera que sejam feitas as substituições de redes de água em todo o universo do território coberto pela ADIN, não fazemos pavimentações nos próximos 10 anos. Qual é a grande diferença, a grande diferença é que esse prejuízo todo que havia, e como sabem nós estávamos com cerca de 70% de perda, ou seja, 70% da água que nós pagávamos às Águas do Norte, perdia-se nas fugas e agora não temos esse prejuízo ou esse encargo. Portanto essa é a grande vitória de passarmos para a ADIN e naturalmente vai ser impossível que não haia fugas, vai ser impossível que não se pavimentem, vão ter que se reformular e por exemplo, nós vamos ter de intervir rapidamente em Alvações do Corgo e é calçada, e daqui a um ou dois anos, se o fizermos temos de a refazer. Fizemos um troço na calçada em Fornelos, passados 3 ou 4 dias não tivemos ruturas e passados meses tivemos uma rutura exatamente nesse troco. Portanto o ideal seria o que foi defendido nos anos 90 e 2000, seria fazer galerias onde passasse toda a tubagem que não estivesse em pavimento, mas a maior das nossas estradas não tem sequer largura para que isso fosse possível e, estes investimentos que vêm dos anos setenta, vamos durante muito tempo ter de conviver com eles. Naturalmente e para terminar, não é uma situação que nos agrade, aliás entristece-nos, mas neste particular só temos duas opções, ou pavimentamos assim, ou então não pavimentamos. Agora a decisão foi pavimentar e as ruturas esperemos que cada vez sejam menos, embora enquanto não for substituída toda a rede, elas vão naturalmente acontecer."------ Solicitou a palavra o Senhor Deputado Jorge Teixeira, que proferiu as seguintes palavras:-

SD.

B

---- "Senhor Presidente, o Senhor Presidente tem o dom e a arte, de distorcer por vezes o que é dito aqui, vou tentar reproduzir o que eu disse aqui. Basta ver a última ata e eu não tenho a menor dúvida de que se o senhor Presidente fizesse um contrato de comodato com o Sporting Clube da Cumieira, não iria expulsar o Sporting Clube da Cumieira, nem deixaríamos de jogar lá, não tenho a menor dúvida que não faria isso, então porque é que naquela altura disse que se fizesse um contrato de comodato, nós é que mandávamos e depois fazíamos o que quiséssemos daquilo. Foi a intervenção do Senhor Presidente aqui na última assembleia. E depois, eu quando falei que a candidatura foi feita pelo vereador Fernando Gonçalves, foi simplesmente para alertar que o Senhor Presidente sabia desta candidatura que foi feita pelo seu vereador. Agora vir aqui dizer, mais uma vez dizer, se calhar na Direção do Cumieira não havia lá ninguém capaz de submeter uma candidatura. Não tem a ver com isso Senhor Presidente, julgo que não estou em erro, o Vereador Fernando Gonçalves é responsável pela pasta das obras certo? Não é? Então foi erro meu mas, faz sentido, alguém do executivo que já está farto de lidar com este tipo de situações, pode não ser responsável pelas obras, mas já foi Presidente de Junta, tem conhecimentos relativamente a estes procedimentos todos. E se a Senhora Presidente do Sporting Clube da Cumieira, Ihe pediu ajuda, ele amigavelmente aceitou. Agora Senhor Presidente, relativamente ao contrato comodato, se era assim uma coisa tão fácil, porque é que nunca fez isso, porque é que nunca encetou negociações relativamente ao Clube para fazer um contrato comodato. Por exemplo. se tivesse feito um contrato público ao próprio relvado, que eu acho que é um investimento. um investimento para o concelho, não é para o Cumieira ou para o clube, é para o Concelho. poderia ter submetido candidaturas comunitárias, como fizeram os outros clubes nas redondezas, poderia ter submetido, porque é que nunca o fez?" ----------- Solicitou a palavra o Senhor Presidente, que proferiu as seguintes palavras:---------- "Temos de esclarecer, porque já não faz sentido estar a falar mais deste assunto. Eu

A.

quando digo e quando disse que fazia o que queria na gestão do comodato do campo, era gerir. Quando a gente gere um espaço, ou faz bem ou faz mal. Quando eu disse que fazia o que queria era exatamente isso ou seja, se o comodato desse a competência da gestão ao município, o município fazia o que bem queria, ou bem ou mal. Portanto não tenha dúvidas nenhumas. Não confunda as coisas. Imaginemos que que há dois jogos em simultâneo e que para o Município o jogo da equipa A, é mais importante do que para o Sporting Clube da Cumieira, o município podia optar, é isso que eu queria que ficasse claro. Relativamente às candidaturas, o que o Senhor disse é que não sabia quem foi que as fez, foi o senhor Vereador, disse no início. Agora vem dizer que a Senhora Presidente pediu auxílio ao Senhor Vereador, têm de se entender. Ou foi o senhor vereador que fez as candidaturas, ou foi a Presidente que pediu ajuda ao vereador. Porque se foi a Senhora Presidente que pediu ajuda ao senhor vereador, a responsabilidade total é da Senhora Presidente e as respostas que tem que ter relativamente a quem faz as candidaturas é a Senhora Presidente, a Direção ou em quem ela delegar. ---------- 2 – PERÍODO DA "ORDEM DO DIA": ---------- 2.1 - Apreciar a informação escrita do Senhor Presidente da Câmara (alínea c), n.º 2 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro); --------- O Senhor Presidente da Assembleia, abriu o período de intervenção dos Senhores Deputados. ---------- Não havendo pedidos de intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia submeteu o assunto à deliberação. ---------- Deliberação: Tomado conhecimento. ---------- 2.2 - Designar 3 (três) pessoas de entre cidadãos eleitores preferencialmente com especiais conhecimentos ou capacidades para intervir na área das crianças e jovens em perigo para efeito da constituição da Comissão alargada de Proteção de Crianças e Jovens

em virtude de limite de mandato neste Órgão, n.º 1 do artigo 26.º do Anexo da Lei n.º 147/99, de 1 de setembro); --------- O Senhor Presidente da Assembleia abriu o período de intervenção dos Senhores Deputados. --------- O grupo municipal do Partido Socialista, Fazer Mais pela Nossa Terra e por Medrões Sempre, indicou os cidadãos Liliana Cristina Pinto Mesquita Feliciano, Emanuel Rodrigues Costa e Maria do Carmo Coutinho Pereira, --------- Solicitou a palavra o senhor deputado Jorge Teixeira, que proferiu as seguintes palavras:------ "Relativamente a este ponto, tenho de trazer aqui à assembleia, uma situação de extrema importância. Quarta-feira fui confrontado com um telefonema do líder da bancada do partido Socialista, que como em muitas outras situações se tem verificado, tem havido umas vezes a lista de uma bancada, outra lista de outra bancada, desta vez ele ligou-me relativamente a esta nomeação, também tinha pensado como se fez em outras situações, em apresentar uma lista conjunta, possibilidade essa que foi ao encontro daquilo que ele pretendia. Foi ele que me ligou a dizer isso, ele até me disse olha ó Jorge nós obviamente ficamos com dois nomes e vocês com um, e eu disse tudo bem, é perfeitamente natural e percetível, estão em maioria. têm dois nomes, nós temos um mas disse, não vou dar-te a resposta a isso hoje, porque tenho de falar com os meus colegas deputados na assembleia sobre essa situação. Falei com eles quinta-feira e ontem liguei-lhe e transmiti-lhe o nome que nós escolhemos, o nome que para nós reuniria todas as condições necessárias para desempenhar aquilo a que se propunha que era a Anabela Morais, e ele disse-me, então essa é a vossa escolha? E eu respondi, sim é. Hoje de manhã ligou-me a dizer, olha Jorge, para algumas pessoas da minha bancada não é unanime que aceitem esse nome que vocês estão a indicar e então tens de indicar outro nome. A minha resposta naturalmente foi, era o que mais faltava. Quando a nossa bancada PPD/PSD-CDS.PP indica o nome que nós queremos, o que achamos que tem mais condições







para estar nessa lista conjunta e nos dizem não, não, esse nome não serve, esse nome tem de ser riscado, tens de escolher outra pessoa. E eu disse não, olha então ofereçam vocês os três nomes que nós não queremos nenhum. Acho que a nossa decisão foi soberana a um acordo que nos foi proposto pela vossa bancada e exercer desta forma uma censura ao nome que nós indicamos, isto não é democracia e eu digo-lhes, se é esta democracia que vocês querem exercer nesta Câmara, não contem connosco."---------- Solicitou a palavra o Senhor Deputado António Júlio Fernandes, que proferiu as seguintes ----- "Dizer perante todos os deputados municipais o executivo municipal e o público em geral que o que se passa é exatamente isso, esta que é a casa da democracia do nosso concelho, nós fomos democratas ao abrirmos a porta a uma discussão. Vocês fecharam-na pela recusa de uma pessoa. O que se passou foi fazerem birra por essa recusa a uma pessoa e falamos da Dona Anabela Morais que está constantemente de atestado médico, está impossibilitada para trabalhar, não sei até que ponto ela teria interesse, seria bom para ela, para a sua saúde, exercer funções nesta comissão, na CPCJ, mas vocês insistiram em que ela fizesse parte deste mesmo órgão. Desta forma a bancada do partido socialista disse que poderíamos aprovar outro nome e vocês não o quiseram indicar. Foi isto que se passou. E nós somos democratas, tanto somos que o fomos, e fomos a votação. E os nossos nomes a escolher foi a Liliana, uma catequista, uma professora primária, conhecedora dos problemas do nosso concelho, foi também a Maria do Carmo que é uma educadora de infância, o Emanuel que é Presidente da Cruz Vermelha do nosso concelho, ou seja, são pessoas que cumprem o que se diz que são especiais conhecimentos e com capacidade para intervir na área das crianças e jovens em perigo para o efeito desta comissão alargada, nós não vimos ninguém melhor do que estas pessoas para constituírem esta comissão. Mesmo assim nós demos abertura para

vocês indicarem um nome. Nós fomos democratas, nós contamos com vocês. Vocês é que fecharam a porta a esta abertura, é muito diferente. Muito obrigado." ----------- Solicitou a palavra o senhor deputado Jorge Teixeira, que proferiu as seguintes palavras: ----- "Senhor deputado António Júlio é engraçado falar em democracia e depois censurar o nome que nós indicamos. Quer dizer nós somos democratas a convidar, mas depois censuramos o vosso nome. É o exemplo claro do tipo de democracia. Estamos a falar das características da pessoa que nós indicamos. A Anabela Morais é presidente de uma Associação que é a Associação Penaguião em Movimento. Que ajuda inúmeras pessoas, jovens com deficiência, se não estou em erro e eu não quero errar, tem uma licenciatura em Ação Social. Portanto o nosso nome foi censurado mas foi democrático porque fomos convidados a fazer uma lista conjunta mas depois temos um nome que é censurado. Agora eu digo assim, Senhor Deputado António Júlio e se o nome indicado fosse o meu? Não, o seu também não queremos, temos outro, nessa democracia nós não queremos fazer parte. ---------- Solicitou a palavra o senhor deputado António Júlio Fernandes que proferiu as seguintes ----- "Senhor Deputado, só uma pequena intervenção rápida e simples, vocês não quiseram e não apresentaram nenhum nome a ser sufragado. Vocês apresentaram aqui algum nome a ser sufragado? Apresentaram? Como é que eu poderia dizer que não votava em si se não me apresentou nenhum nome. Se não me apresenta uma alternativa, como é que eu posso votar em si. Apresente! Nós demos oportunidade para apresentarem, diz que nós não somos democratas, quando nós fazemos a democracia falar, vocês também estão contra. Nós acabamos de votar, isto é democracia, foram democraticamente eleitos, saiba respeitar a democracia do nosso concelho, que faz com que os membros desta assembleia municipal sejam os representantes do povo. É isto que se passa, nós somos os representantes do povo







e desta forma, somos nós que vamos a votação. Termino dizendo que isto foi um ato de democracia, foi a democracia a trabalhar e temos de aceitar a democracia." ----------- Solicitou a palavra o Senhor Presidente, que proferiu as seguintes palavras:--------- "Eu penso que tendo presente aqui o nosso público, se deve esclarecer bem este ponto. A indicação de elementos para a assembleia municipal pode ser feita por uma força política, por um grupo de forças. Pode ser feita em conjunto, pode ser feita de várias formas. O que a bancada do partido socialista tentou, foi conciliar uma lista e essa lista para ser conciliadora era para ser lista única. Não obriga nenhuma das forças a aceitar os nomes porque, como bem sabem, na assembleia da República para indicar os juízes para o Tribunal Constitucional, o PS e o PSD entendem-se. O PSD indica nomes que o PS tem de aceitar, o PS indica nomes que o PSD te de aceitar, para depois formarem uma lista conjunta. O que se tentou foi isso. O PSD indicou um nome que o grupo não aceitou, no meu entendimento não sei como foram as conversações, devia indicar outro nome e também devia ter perguntado, que também não sei se perguntou, os nomes que o grupo municipal do PS ia apresentar. Agora nós temos aqui uma coisa que é verdade. O líder do grupo municipal do PS rejeitou um nome, o grupo municipal do PSD/CDS, rejeitou três. Rejeitou três. Isto é para esclarecer e para memória futura é que quando se tenta e se tem a iniciativa de fazer a vontade de conciliar listas, a lista tem de representar a vontade de todos. Então vamos fazer uma lista conjunta quando uma das partes não aceita a outra? Não pode ser. A lista consensualizada é, nós este nome, não pode ser, temos este, pode, pode ser, pode, não pode, e assim se chega lá. Quantas vezes na praça pública se vê nomeadamente na assembleia da República que há nomes que saem do PS, nomes que saem do PSD, que nunca lá chegam. Exatamente por isso. E nós aqui, se foi o senhor deputado Jorge e na altura o senhor deputado Emanuel, deviam, olhe esse nome não tem aceitação, tem outro? Tem, e da parte da sua lista quais são os nomes? O António e o Manuel, nós também não queremos, não tem cabimento do nosso lado. Tem de ser a Maria

e a Manuela, é assim que se fazem as listas, e depois com esse trabalho dos líderes chegava aqui uma única lista consensualizada. Em democracia é assim que se trabalha. Agora o que é que aconteceu para não haver dúvidas? Foi apresentado um nome pelo grupo municipal do PSD/CDS, o grupo municipal do PS não aceitou e depois tivemos o resultado, para não dizer onde votaram, que tivemos. Portanto, não ficam todos mal nem todos bem na fotografia certo? A fotografia é exatamente aquilo que nós somos."----------- Solicitou a palavra o senhor deputado Jorge Teixeira, que proferiu as seguintes palavras:------ "Relativamente a este assunto, ainda bem que colocou a pergunta sobre se eu sabia os nomes que o grupo municipal do PS tinha apresentado. Eu não sabia, isto tem um motivo, Todos nós fomos eleitos porque a população nos reconhece valor, trabalho, contributo cívico. etc., etc., portanto eu confiei plenamente nas capacidades e discernimento da bancada municipal do PS, para escolher dois nomes com grande valia, para a função. Esperava da parte da bancada do PS, a mesma coisa."--------- Não havendo mais pedidos de intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia submeteu o assunto à deliberação. ---------- Deliberação: Aprovado por maioria, com 6 votos contra designar os cidadãos Liliana Cristina Pinto Mesquita Feliciano, Emanuel Rodrigues Costa e Maria do Carmo Coutinho Pereira. ---------- 2.3 - Deliberar sobre a proposta de composição do Júri dos Procedimentos Concursais. Referências A, B e C, para Provimento dos Cargos de Direção Intermédia de 3.º grau das Unidades Orgânicas Flexíveis de Contratação Pública, de Educação, Cultura, Desporto e Turismo, e de Ação Social, em Comissão de Serviço (n.º 1 do artigo 13.º da lei n.º 49/2012. de 29 de agosto - Deliberação da Câmara Municipal de 15 de novembro de 2022); --------- O Senhor Presidente da Assembleia abriu o período de intervenção dos Senhores Deputados. -----





---- Não havendo pedidos de intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia submeteu o assunto à deliberação. ---------- Deliberação: Aprovado, por unanimidade. ---------- 2.4 – Deliberar sobre a desafetação de uma Parcela Dominial adjacente à Travessa da Corredoura, para o Domínio Privado do Município, nos termos do disposto na (alínea a) do n.º 2. do artigo 23.º do Anexo I à Lei n.º 75/13, de 12 de setembro - Deliberação da Câmara Municipal de 6 de setembro de 2022). --------- O Senhor Presidente da Assembleia, abriu o período de intervenção dos Senhores ---- Não havendo pedidos de intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia submeteu o assunto à deliberação. ----------- Deliberação: Aprovado, por unanimidade. ----------- 2.5 - Deliberar sobre a proposta de Fixação da Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), para vigorar no ano económico de 2023 (n.º 5, artigo 112.º do Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro e alínea d), n.º 1, artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro - Deliberação da Câmara Municipal de 6 de outubro de 2022); ---------- O Senhor Presidente da Assembleia abriu o período de intervenção dos Senhores Deputados. ----------- Não havendo pedidos de intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia submeteu o assunto à deliberação. ------assunto à deliberação. ----- Deliberação: Aprovado, por unanimidade. ---------- 2.6 - Deliberar sobre a proposta de Redução da Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), a aplicar em 2023, para as famílias com dependentes a seu cargo (n.º 1, artigo 112.º-A do Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro e alínea d), n.º 1, artigo 25.º do Anexo I à

do.

Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro – Deliberação da Câmara Municipal de 6 de outubro de
2022);
O Senhor Presidente da Assembleia abriu o período de intervenção dos Senhores
Deputados
Não havendo pedidos de intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia submeteu o
assunto à deliberação
Deliberação: Aprovado, por unanimidade
2.7 – Deliberar sobre a proposta de Fixação da Participação Variável no IRS/2023 (artigo
26.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro e alínea c), n.º 1, artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º
75/2013, de 12 de setembro – Deliberação da Câmara Municipal de 6 de outubro de 2022); -
O Senhor Presidente da Assembleia abriu o período de intervenção dos Senhores
Deputados
Não havendo pedidos de intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia submeteu o
assunto à deliberação
Deliberação: Aprovado, por unanimidade
2.8 - Deliberar sobre os documentos previsionais (Grandes Opções do Plano e
Orçamento) para 2023 (alínea a), n.º 1, artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de
setembro – Deliberação da Câmara Municipal de 25 de outubro de 2022);
O Senhor Presidente da Assembleia abriu o período de intervenção dos Senhores
Deputados
Solicitou a palavra o senhor deputado António Júlio Fernandes, que proferiu as seguintes
palavras:
"Portanto, dizer aqui que quanto a estes documentos provisionais, é muito simples, dizer
que são mantidos os apoios na educação, na área social, nas freguesias e em tantos outros
pontos, para além disso cumpre o equilíbrio orçamental. Dizer que no entanto, que a bancada







do PS, Por Medrões Sempre e Fazer mais pela nossa Terra, pretende deixar um alerta sobre os custos crescentes da energia, gás, eletricidade e do combustível que poderão forçar a custos de oportunidade no próximo ano. Volto a repetir, custos de oportunidade. Sabendo-se da atual conjuntura económica internacional, gerada pela invasão Russa da Ucrânia, situação que a todos nos entristece, nós devemos estar conscientes da instabilidade existente a vários níveis por exemplo, o constante aumento do preço do gás que se prevê que continue a crescer nos próximos meses, poderá levar este executivo municipal a tomar medidas para baixar o consumo deste bem mas que contudo, e não sendo uma situação que individualmente possa ser controlada, ou possa ser contornada, vai-nos levar a uma natural adaptação deste documento provisional, ao longo do ano. Esperemos que tal não venha a ser necessário mas que o custo de oportunidade que é o que poderá ter de abdicar tem de estar presente. Neste sentido o grupo municipal do PS, Por Medrões Sempre e Fazer Mais Pela Nossa Terra, sempre apoiam e aprovam os documentos provisionais referentes ao ano de 2023. Muito obrigado." ----------- Solicitou a palavra o senhor deputado Jorge Teixeira, que proferiu as seguintes palavras:------ "Relativamente a este ponto, ponto 8 que tem a ver com o orçamento mas eu também vou falar sobre o plano plurianual e as Grandes Opções do Plano. Mais uma vez temos um orçamento que apenas serve para cumprir calendário e em semelhança com os outros anos anteriores não é mais que um proforma. O Orçamento deve ser um documento sério onde conste com maior pormenor e com maiores perspetivas de execução, onde se vai gastar o dinheiro. O que não acontece com este documento. Se a mim me pedirem um orçamento, eu devo fazer o quê? Um orçamento que seja o mais real possível que especifique onde vamos gastar o dinheiro e em quê, para termos uma taxa de execução bastante elevada. Vou fazer uma pergunta, o que é que se vai votar aqui? Abertura de rúbricas, só por abrir? Vamos abrir aqui uma rúbrica e se fizermos aqui alguma coisa fazemos senão olha, fica para o ano, logo se vê, ou seja o que é que isto mostra. Mostra uma grave falha no planeamento no orçamento

e no plano de atividades plurianual e nas grandes opções do Plano, uma grande, grande falta

Serra do Marão? Agora deixaram de aparecer aqui no Plano e no Orçamento para 2023. -----

----- Depois o deputado António Júlio falou numa coisa extremamente acertada, das energias,

do gás, do gasóleo da eletricidade. Percorremos o Plano todo e o Orçamento e vê-se zero

nas energias renováveis, zero, portanto não deve ser como o senhor Deputado António Júlio

diz ser uma prioridade para o executivo a aposta nas energias renováveis. Tem lá uma

rubricazinha, um esquema de quadros elétricos, uma coisa assim. Depois prever 10.000€ para

pavimentações quando temos as estradas no estado em que temos? Os 700.000€ do

empréstimo já acabaram? É que prever 10.000€ e termos as estradas no estado em que estão

parece, na nossa opinião manifestamente pouco. Senhor Presidente provavelmente a única

rúbrica onde o senhor tem uma taxa, ou virá a ter uma taxa de execução de 90% deve ser







nas despesas com pessoal, são as mais fáceis de prever. É fácil, tem tantos funcionários, é um Excel, esse aí vai ser cumprido, vai ter 90% de execução. ----------- Depois, no Plano Plurianual de Investimento, verificamos que há muitas obras que apareceram a 1ª vez em 2014, 2015 e 2016, ou seja obras que já estavam programadas nesses anos, ou seja obras com 6, 7 e 8 anos e nunca foram concretizadas por exemplo, o Pelourinho, a Variante da Veiga, tem lá várias obras. Agora este ano continuam no Orçamento, quer que acreditemos que aquilo que não se fez em 7,8,9 anos vai fazer para o ano? E mais uma vez nota-se a falta de planeamento e rigor deste documento. Abrem-se rúbricas por abrir, se se fizer faz-se se não se fizer olha fica para o ano. É o que estamos habituados, este Orçamento trás zero de novidades. --------- Ainda sobre o Orçamento neste caso, relativamente ao ano passado. O ano passado, aqui nesta assembleia, ou irá fazer um ano agora em Dezembro, fui criticado porque disse que o investimento no Marão previa só 500€ e o deputado António Júlio, veio logo aqui dizer, não, não, temos de ter calma, isso está na rúbrica exatamente para lá podermos fazer investimento. Eu acho curioso que desses 500€, nem 1 € foi lá gasto, nem 1€. ---------- Agora e continuando sobre o Orçamento, refiro-me aos Senhores Presidentes de Junta, eu não sei qual vai ser o sentido da votação dos senhores Presidentes de Junta mas eu enquanto Presidente de Junta seria incapaz de votar um Orçamento onde as transferências de capital para todas as freguesias representam 11.000€, eu digo, se fosse Presidente de Junta, votava contra este Orçamento. Transferências de capital, não venham dizer que são transferências correntes, não, são de capital. ----------- E depois guero deixar-vos agui uma informação. O Orçamento de 2022, já sofreu 56 alterações. Meus senhores e minhas senhoras, afinal o que é que vamos aprovar aqui? Um Orçamento que na primeira semana de Janeiro já vai ter uma alteração? É isso que vamos aprovar aqui."-----

----- Solicitou a palavra o senhor deputado António Júlio Fernandes que proferiu as seguintes



---- "Ora então vamos lá ver. Eu tentei ser rápido claro e conciso mas, estou a ver, tive de pedir novamente a palavra para tentar contrariar um pouco as ideias que aqui foram ditas. Eu à pouco fui acusado de não ser democrata, desta forma estou aqui a tentar ser o mais democrata possível e votaria com todo o gosto favoravelmente, uma opção vinda da sua bancada, uma! Quantas deu? Zero, um marasmo de ideias, foi novamente um marasmo de ideias. Zero. Foi o que vocês disseram. Quando se fala de que Santa Marta não tem obras, temos a casa do Cantoneiro, o Parque espirito Santo, o Douro Ligação História, do Parque de Concieiro, da Casa Mortuária de Paradela do Monte, da quantidade de pavimentações que temos por ai mas, quer dizer no ano passado votou contra 700.000€, este ano 10.000€ vai voltar a votar contra. Iria sempre votar contra fosse qual fosse o nº independentemente. Quando se fala que o orçamento sofre alterações e certamente todos sofrem não é só este. Temos de nos lembrar que no orçamento de 2023 vão existir alterações salariais e estas estão comtempladas no nosso orçamento. Também temos de ter esse cuidado. Dizer que também quando aparecem as rubricas a definir, esses são valores que têm de estar abertos porque ainda estão a aguardar financiamento ou empréstimos. Pior é aparecer uma oportunidade e as rúbricas não estarem abertas, não estarem contempladas no orçamento. Isso sim era mau. Era ter de se convocar novamente uma assembleia municipal e isso era mais despesismo. Mostra a impreparação do seu partido para estar à frente das lides do nosso concelho. É mesmo isso, é impreparação, é não se saber. Muito obrigado."----------- Solicitou a palavra o Senhor Presidente da Câmara, que proferiu as seguintes palavras:------ "Como alguém dizia, quem não sei, isto era para rir se não fosse tão triste. Nós temos de reconhecer aqui que os Penaguienses não andam nada distraídos porque, quando temos um

grupo municipal eleito democraticamente no nosso concelho, que vem fazer uma intervenção





sobre um documento e não diz nada, só pergunta para aqui para ali, para além, não tem uma fundamentação, não tem uma proposta, mais, não apresentaram nenhuma proposta para enriquecer este documento. Eu lembro-me que no Parlamento foram apresentadas 1.800 propostas e nós em Santa Marta como já aqui dissemos, não tivemos nenhuma. Portanto autoridade para falar sobre o documento é o que é. Depois é perceber o documento e alguém anda distraído porque o do ano passado e o deste ano, em termos de formato é diferente de 2020 e é diferente porquê? Passou do Pocal para o SNC-AP, que é uma coisa esquisita que agora está muito na moda, que dá muito trabalho e ninguém percebe, e tanto não percebe que os Outros estão lá. Mas como nós temos boa memória, já foi dito aqui na aprovação das contas, que iríamos a uma determinada associação, neste caso a um clube de futebol, o Sporting Clube da Cumieira, a ver se no Plano e Orçamento desse clube também está lá OUTROS, é a memória, é porque as pessoas esquecem-se. Porque para uns dá o Outros, para outros não dá, portanto, já foi pedido, já foi dada a indicação de que Outros podem aparecer em todo o lado, porque eles estão em todo o lado, é uma questão de pormenor. Depois dizer-lhe que nós temos de saber o que é que nós queremos e como se gere um documento. Falou aqui em energias renováveis e na questão elétrica que nós apresentamos. Neste plano são de fato valores estimativos para a eficiência energética, porquê? Porque foi anunciado um aviso, nós já pagamos os projetos do edifício dos Paços do Concelho, do Auditório, do Fórum e das Piscinas, já estão pagos os projetos e estamos à espera do aviso. Tínhamos duas alternativas, ou não púnhamos neste documento, ou fazíamos uma revisão em Fevereiro, mas de acordo com o senhor deputado as alterações e as revisões são coisas más, então nós fizemos já e já temos o problema resolvido, já não fazemos nenhuma alteração ou revisão senhor deputado. Depois sobre as alterações, está enganado porque, já são mais. Nós fazemos em média uma por semana e depois mais 10 extraordinárias, digamos assim, dá 62 a 65 por ano e fazemo-lo porque as alterações como sabe, ou não deve saber, só eram

oi P o P er a a e

permitidas duas por mês que tinham que ir a reunião de câmara, tinham de ir ao órgão e depois foram alteradas para competência do Presidente da Câmara e são ilimitadas. Se foi feita essa alteração é porque foi entendido que a alteração é um instrumento de gestão e não vamos estar à espera 15 dias por uma reunião de câmara, para alterar ou adquirir, qualquer que seja o serviço ou bem, ou até eventualmente uma obra. As revisões, exatamente a mesma coisa, eram duas por ano que eram autorizadas, agora podemos fazer as revisões que a assembleia municipal entender aprovar. Tem que de fato que se atualizar e ver que este documento é sempre um documento de previsão que permite fazer ou não, mas que tem uma vantagem. Eu disse na reunião de câmara e mantenho, este documento é praticamente igual ao de 2014, e por várias e variadíssimas razões, umas obras foi possível fazer, outras não. Para ter uma ideia a Casa do Cantoneiro, como sabe, foi à 8ª vez que consequimos entregar a obra, 8ª, havendo até pelo meio um concurso público. O Parque Espirito Santo que está para Visto do Tribunal de Contas, foi à 4ª vez, Concieiro foi à 4ª ou 5 ª vez, por isso, se o documento vem aqui todos os anos, é entendido como anual, há de fato uma dificuldade grande, houve no tempo da pandemia e mesmo agora com a guerra, dificuldade de fazer essas obras. Portanto, quando a gente diz que o Plano tem de ser fechado e de se fazer todos os anos é porque anda distraído, porque isso não é possível. Qual é a possibilidade? É que. o que nós lá prevemos e podia ter dito por exemplo, nós temos lá muito uma previsão em termos financeiros elevada mas, acessibilidades vai abrir. Faz sentido não colocar agora e depois abre em Fevereiro, nós temos a assembleia de Fevereiro e depois abre em Março, e nós em Março fazemos uma assembleia pra fazer uma revisão para lá meter os projetos? Faz sentido uma assembleia na estratégia local de habitação e estarmos à espera que sejam aprovadas as candidaturas e depois fazer revisões sistemáticas para meter lá, ou faz sentido estar lá tudo previsto e se forem aprovadas as candidaturas, avançar no dia seguinte. É uma questão de opção. Agora há uma coisa que não engana. O que nós fazemos está nas grandes



Opções do Plano, o que nós realizamos, é aquilo que é previsível, disse e bem, nas despesas com pessoal nós acertamos, mas esqueceu-se que as grandes Opções do Plano, são constituídas pelo Plano de Atividade Municipal e pelo Plano Plurianual de Investimento. São duas coisas. O Plano de Atividades municipal é anual e nós normalmente andamos à volta dos 85 e os 92% porquê? Porque são aquelas despesas que são previsíveis, os gastos, pessoal, tudo isso é previsível, mas porque é que não é um Plano de Investimento, e é um Plano Plurianual de investimento? É exatamente para isso, para a gente prever investimento para 4 anos que podemos fazer no 1º, 2º,3º,4º, ou não fazer. Eu nunca neguei que temos aqui projetos que já deveriam estar feitos, agora o importante é perceber a razão por que não foram feitos, e se naturalmente em alguns nós temos culpa, a maioria deles não temos, e principalmente na conjuntura da questão dos empreiteiros. Depois o Senhor Deputado anda distraído, porque foi dito aqui nesta assembleia que nós iriamos utilizar os 700.000€, e que poderíamos optar ou não, por utilizar o empréstimo ou liquidá-lo no ano corrente. Também já foi dito, neste caso em reunião do executivo que nós optamos por contrair o empréstimo e ficar com liquidez financeira porque estamos em tempo de pandemia, de guerra e não faz sentido baixar a nossa disponibilidade de tesouraria, quando o empréstimo é perfeitamente ---- Mas depois, agora temos de ver, nós fomos acusados de que andávamos a fazer pavimentações e depois abriam as fugas e davam cabo da pavimentação, agora que pomos pouco dinheiro na pavimentação, já querem pavimentação, têm de se decidir. ----------- Depois, eu la ser muito mauzinho, os senhores presidentes de junta vão votar um documento favoravelmente porque sentem conforto nele e vão ter o privilégio até de participar numa prenda de Natal para os senhores presidentes de Junta, portanto esteja sossegado, eles vão votar confortavelmente. Ainda este ano vai partilhar uma prenda de Natal que vamos dar aos senhores presidentes de Junta. Mas aqui é preciso esclarecer uma coisa muito

importante, nós definimos com os senhores presidentes de Junta em 2014 um modelo de apoio ao nível da mão-de-obra em que estão os funcionários que cada Junta tem e que a Câmara assume na íntegra. Esse valor rondava os 211.000€, agora vai subir todos os anos. Se nós contarmos todos os anos, 2014,2015,2016,2017,2018,2019,2020,2021,2022, temos nove, vezes dois, igual a 1.800€. Podíamos ter optado por investir esses 1.800€ em capital. Por isso, esta é uma das grandes razões porque os senhores presidentes da Junta votam favoravelmente. Dizer-lhes naturalmente que este documento não tem novidade, não tem de ter, podia ter mas a nossa ideia e eu já partilhei isto, a nossa ideia em 2014 era de fato, nós por esta altura em princípio seria em 2021 mas que em 2022, tivéssemos já concluídos os projetos que indicamos em 2014. Um não foi possível, porque os valores eram muito acima daquilo que a Câmara poderia disponibilizar, os outros pelas razões que foram e qual era a ideia, era nesta altura nós estarmos aqui a aprovar um Plano em que houvesse de fato uma grande percentagem na promoção nacional e internacional do concelho. O que é o que nos leva a crer que estávamos certos em 2014, não sei se têm dado conta das centenas, não vou dizer milhares mas de centenas de pessoas que já tiraram fotografias no Miradouro e das centenas, talvez milhares de autocaravanas que já pernoitaram em Santa Marta. Se nós tivéssemos conseguido por várias razões e parte por culpa nossa os projetos que tínhamos em mente da ligação história que em princípio em Janeiro, Fevereiro estará concluído, o Origem Douro que não avançou pelas razões que já foram aqui explicadas e o Parque Espírito Santo que mais tardiamente por força dos fundos comunitários na altura e agora conseguimos acolher por força da necessidade de consumir os fundos, nós hoje estaríamos em condições de garantir uma oferta diferente e diferenciada a todos os que nos visitam e estaríamos aqui

a falar naturalmente de outras vontades e interesses. Relativamente ao Marão está enganado

quando diz que não gastamos um cêntimo e está tão enganado porque também anda um

bocadinho distraído. Nós fizemos a limpeza dos terrenos que é muito trabalho e muito







dinheiro, todos os anos, portanto se somarmos todos os anos já lá fizemos muito investimento. Mas só agora, há cerca de 15 dias nós conseguimos convencer ou sensibilizar, a palavra sensibilizar é mais correta, o ICNF, para nos acompanhar nos projetos que nós lá temos. e dizer que essa tentativa foi feita ainda com o Eng.º Armando Loureiro que agora é o presidente nacional e mais tarde com a Arg.ª Sandra Sarmento, que inicialmente tinha algumas resistências aos projetos e vamos avançar. Mas para ver como é difícil muitas das vezes a gente cumprir a nossa palavra quando diz que vamos fazer, temos lá o observatório astronómico no Marão que era do grupo Andrómeda que cedeu à Junta de Freguesia de Fontes e em reunião com a universidade do Porto, com três professores e bem, que não havendo histórico desse grupo, se devia fazer o estudo da poluição luminosa e do número de noites de céu limpo no Marão. Ora este estudo leva no mínimo 1 ano, tem de ser um espaço temporal que apanhe as estações do ano o que quer dizer que nós, era para onde íamos avançar, era exatamente pela recuperação daquele espaço e temos de alterar a nossa estratégia porque vamos ter de aguentar pelo menos um ano para concretizar esse projeto, isto para vos dizer que, não são desculpas para tudo naturalmente mas que as dificuldades com alguns projetos por vezes são muitas e que nós naturalmente temos de ter a paciência e o conforto de as acolher e lutar contra elas. Os pontos de água tiramos porque, primeiro não conseguimos ter apoio e agora vamos ver se conseguimos porquê? As candidaturas dos pontos de água têm de ter o parecer da ERSAR, para serem apoiados por fundos comunitários e nós, para termos acesso a essas candidaturas que também vai na questão da rede de água, nós temos de cumprir os preços nas tarifas que a ERSAR manda. Para termos uma ideia nos resíduos sólidos iriamos aí umas quatro vezes acima dos preços que estamos a cobrar hoje, por isso nós abdicamos de fazer esses aumentos, aprovamos agora, propusemos á ERSAR uma revisão de preços até 2027, para ir durante vários anos, para atingir o limite, portanto nós temos de atingir 90% do custo ou seja, os munícipes teriam de pagar 90% do custo da recolha





dos resíduos sólidos e da sua reciclagem, portanto essa foi a razão e também se quiser ouvir. dizer-lhe que tecnicamente aqueles dois pontos de água em questão não servem para meios aéreos por causa dos ventos, servem só para os meios terrestres sendo que um até obriga a ir e voltar, o que em termos de combate imediato não satisfaz, porque só pode ir um carro de cada vez e não dá. O que nós temos previsto agora no novo plano que vai surgir, nós vamos aprovar uma proposta na CIM DOURO do plano regional de Ação que depois vai haver um plano Sub-regional da CIM e depois vai ter de haver um Plano Municipal para acolhermos e vamos integrar aí um, possivelmente, localizado na zona da lixeira em Fontes que é de fato o único sitio que de fato dá resposta aos meios aéreos. Para concluir senhor deputado de fato está aqui bem patente aquilo que é o nosso projeto desde 2014, se está bem lembrado que eu penso que assistiu na assembleia, nessa altura, que era um projeto para 12 anos, o ciclo dos 12 anos, vai no 9º, portanto temos 3 anos e se nós conseguirmos concluir este nosso projeto de 12 anos, os penaguienses naturalmente ficarão satisfeitos. Para a votação e para o convencer, já que disse que ninguém pode acreditar nestes planos, tenho que lamentar essa afirmação e tenho a dizer-lhe que em 2017 e 2021, houve tanta gente que acreditou."------- Não havendo mais pedidos de intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia submeteu o assunto à deliberação. ---------- Deliberação: Aprovado, por maioria, com 6 votos contra da bancada do PPD/PSD-CDS.PP.--------- 2.9 - Deliberar sobre a proposta do Mapa de Pessoal e Mapa Anual de Recrutamentos para 2023 (alínea a), n.º 2, artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, na atual redação, e alínea o), n.º 1, artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro -Deliberação da Câmara Municipal de 25 de outubro de 2022); --------- O Senhor Presidente da Assembleia abriu o período de intervenção dos Senhores Deputados. -----



---- Solicitou a palavra a Senhora Deputada Enide Seixas, que proferiu as seguintes palavras:-------- "Sobre a proposta do mapa de pessoal para o orçamento de 2023, surge-nos uma questão acerca da remuneração do pessoal que pratica atividades de certa perigosidade. Em determinadas situações, o funcionário que tenha atividade que o coloca em risco, a entidade compensa o mesmo, através de uma remuneração acrescida. A nossa 1ª questão é, se existe uma lista com os trabalhadores do município que exerçam funções consideradas de perigosidade, se eles estão referenciados e, apesar de isto não ser uma questão aplicada de forma generalista por todos os municípios nacionais, viemos questionar este executivo se há possibilidade de tal ser aplicado pela câmara ou se é algo que não tem espaço para o orçamento de 2023 a nível de salários. Obrigado."--------- Solicitou a palavra o Senhor Deputado, Paulo Prior, que após cumprimentar todos os presentes, proferiu as seguintes palavras:---------- "Senhor Presidente da Câmara, não vou falar do ponto de ordem de trabalhos, mas não podia deixar de responder a uma provocação no final do ponto anterior quando disse que em 2017 e 2021, os penaguienses demonstraram que gostaram do documento, e na verdade ganhou. Com uma redução substancial em 2021, mas ainda acabou por ganhar com 70% e o PSD com aproximadamente 30%, mas eu se olhar para este executivo e se entrar ali alguém que até ande um pouco distraído, tem dúvidas disso, é que ele é composto por 3 militantes do PSD, ao nível de militantes o PSD tem maioria neste executivo. Obrigado."----------- Solicitou a palavra o Senhor Presidente, que proferiu as seguintes palavras:--------- "Ai, ai como eu gosto disto! Eu pensei que tinha morrido, a derrota foi tão grande que durou um ano e um mês para sarar as feridas, foi longo. Não, é que vocês esqueceram-se que tiveram de se juntar ao CDS e não tinham mais, a ver se tentavam melhorar as coisas. E vocês tiveram o resultado que tiveram, está muito nervoso, tenha calma, não se enerve, vocês





têm noção é que vocês juntaram-se para conseguir, e mais, e essa junção deixou muitas mágoas e mais não digo. Ao Senhor vereador Paulo Prior que eu quase me esquecia do nome, desculpe, ao senhor deputado municipal que eu já quase lhe esqueci o nome mas felizmente está entre nós, de uma forma muito sorrateira, há quem diga que se estava a preparar para ser o próximo candidato e que la desaparecer, fazer um período de letargia, afinal não vai, vamos saber se vai, portanto ainda temos aqui muitas histórias para ouvir e depois está desatualizado, porque eu tive a hombridade no dia em que convidei o senhor deputado Fernando Gonçalves para vereador quis que ele se demitisse de militante do PSD. portanto, registe, está na lista porque vocês são uns desorganizados, não ganham em lado nenhum, que é que quer. Tirem-no da lista. Está na lista nacional porque vocês são uns desorganizados, é por isso que não chegam a lugar nenhum. Não ganham. Não ganham porque andam á um ano e tal para tirar um militante, o que querem ganhar? Têm destas derrotas sempre, a não ser que a Enide comece a liderar e o CDS ponha mão na manta. Vocês querem, não conseguem de fato atualizarem-se e perceber porque repare. independentemente disso, eu só pedi ao senhor vereador para ele pedir a demissão da militância porque infelizmente, no nosso concelho ainda temos algumas, pouquinhas, mentes muito pequeninas porque ele trabalhou connosco 12 anos, votou sempre favoravelmente os nossos projetos, as nossas propostas, não se passou nada é curioso que agora querem reviver, ou querem alimentar alguns fantasmas, mas nós já estamos habituados às bruxas e gostamos de bruxas, portanto não há problema nenhum. Portanto senhor deputado Paulo Prior não, neste executivo estão 5 pessoas que estão a trabalhar pelo concelho cada um nas suas funções, uns com o privilégio de liderar, outros com o privilégio de não liderar, é a vida. será assim por muitos anos e esperemos que continue assim. ---------- Relativamente à intervenção da senhora deputada Enide, dizer-lhe que sim senhora, aliás que é uma obrigação legal. Nós não estamos a cumprir porquê? Porque sensivelmente no



mês de Março/Abril, não tenho bem presente mas foi antes do verão, na CIM, foi discutido isto, porque há dois municípios, acho eu que já estão a pagar, há outros que não estão, não há entendimento sobre as profissões de risco, há os que entendem que por exemplo os coveiros têm direito e alguns já estão a receber, há os que têm, nós temos uma lista com cerca de 40 e tal funcionários, foi uma lista quase cega, é entendido que quem anda com uma roçadeira é de risco, é entendido que quem andar com um ferro do monte é risco, depois aquilo tem 3 escalões. O que é que nós entendemos na CIM, portanto os 19. Fazer um estudo, está o meu colega de Moncorvo com esse estudo para ver se definimos mais ou menos o enquadramento, de quais são as categorias que têm direito, os montantes a que têm direito porque eles são 3 e depois naturalmente todos aplicarmos mas, o nosso orçamento acolhe e ele é devido. Aliás o próprio STAL já nos fez chegar essa questão e nós naturalmente, logo que a CIM tenha um conceito enquadrador para todos os municípios, vamos aplicar, vamos naturalmente compensar porque de fato há 3 ou 4 profissões consideradas de risco mais elevado e naturalmente temos de proteger as pessoas e depois nem sequer é vontade nossa, é a lei que impõe e vamos naturalmente cumpri-la com gosto." ---------- Solicitou a palavra o Senhor Presidente da Câmara, que proferiu as seguintes palavras:----- Não havendo mais pedidos de intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia submeteu o assunto à deliberação. ---------- Deliberação: Aprovado, por maioria, com 6 votos contra da bancada do PPD/PSD----- 2.10 - Deliberar sobre a proposta de autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, para efeitos do previsto na alínea c), do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e em reforço do consentimento legal previsto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, nos casos mencionados nas alíneas i), ii) e iii) da alínea c), do ponto 8 da proposta da Câmara Municipal (alínea c), n.º 1, artigo 6.º da Lei n.º

8/2012, de 21 de fevereiro e artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho -
Deliberação da Câmara Municipal de 25 de outubro de 2022);
O Senhor Presidente da Assembleia abriu o período de intervenção dos Senhores
Deputados
Não havendo mais pedidos de intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia
submeteu o assunto à deliberação
Deliberação: Aprovado, por maioria, com 6 votos contra da bancada do PPD/PSD-
CDS.PP
Ponto 3 – PERÍODO DE "INTERVENÇÃO DO PÚBLICO":
O Senhor Presidente da Assembleia declarou aberto o período de inscrição para
intervenção do público presente
Neste ponto da ordem de trabalhos não foram presentes à Mesa quaisquer pedidos de
uso da palavra, de acordo com o disposto no artigo 24.º do Regimento da Assembleia
Municipal de Santa Marta de Penaguião
E nada havendo mais a tratar, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade,
aprovar a presente ata, em minuta, nos termos e para os efeitos consignados nos n.ºs 3 e 4
do artigo 57.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a qual vai assinada pelo
Presidente da Assembleia Municipal e por mim, José Emílio Esteves da Silva, com funções
de 1.º Secretário, que a elaborei. Foi encerrada quando eram 20:05 horas

O Presidente da Assembleia,

Daniel Filipe Matos dos Santos

1.º Secretário,

José Emílio Esteves da Silva